24 – SÁBADO, 10 DE NOVEMBRO DE 2018

nicipal e o metropolitano de pessoas, caracterizado como fretamento ou eventual;
II - Possuir sede ou filial no Estado de Minas Gerais;
III - Possuir registro regular no CADASTUR como transportadora turística;
IV - Possuir inscrição municipal;
V - Possuir autorização do órgão municipal competente para emissão de nota fiscal ou documento equivalente;
VI - Possuir plataforma onde a reserva, venda e o processo de pagamento sejam realizados inteiramente de forma online por meio de um website;
VII - Efetuar o cadastro da empresa no portal www.minasgerais.com.br, mantendo as informações atualizadas.

EMPRESAS AÉREAS

Art. 7º - Para participar do Projeto Modal, as empresas aéreas deverão cumprir os seguintes critérios:

I - Estar em conformidade com os requisitos fixados pelos órgãos competentes que regulamentam o transporte aéreo;
II - Possuir plataforma onde a reserva, venda e o processo de pagamento sejam realizados inteiramente de forma online por meio de um website;
III - Estarem com suas especificações operativas válidas;

CAPÍTULO III

INSCRIÇÃO NO PROJETO

EMPRESAS DE TRANSPORTE TURÍSTICO

Art. 8º - Anualmente, a partir do dia 30 de outubro, estará aberta a inscrição no Projeto Modal Minas Gerais para as empresas de transporte turístico durante o período de 15 dias.

Art. 9º - O procedimento de inscrição será realizado de acordo com as instruções a seguir:

- Preenchimento de formulário online;

A inscrição será realizada através do link disponível no site www.turismo.mg.gov.br por meio de preenchimento de formulário online juntamente com o envio dos seguintes documentos:

No ato de seu preenchimento deverão ser informados todos os dados solicitados pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Envio dos seguintes documentos:

- Contrato social ou ato constitutivo, exceto no caso de MEI;

- Comprovante de endereço da empresa, emitido em até 90 dias;

- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica;
Certificado do CADASTUR como transportadora turística;
Comprovante de Inscrição Municipal, expedida pelo órgão municipal competente;

- Declaração, assinada pelo proprietário ou sócio, atestando que a empresa está regular junto ao órgão municipal competente para emissão de nota fiscal ou documento equivalente cujo modelo estará disponível no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais;
Tarifário dos produtos/serviços turísticos executados no Estado de Minas Gerais operados e comercializados pela empresa;
Comprovante atualizado de registro da empresa no DEER/MG.

EMPRESAS AÉREAS

Art. 10º - Para empresas aéreas estará permanentemente aberta a inscrição no Projeto Modal Minas Gerais.

I - Preenchimento de formulário online;

A inscrição será realizada através do link disponível no site www.turismo.mg.gov.br por meio de preenchimento de formulário online juntamente com o envio dos seguintes documentos:

No ato de seu preenchimento deverão ser informados todos os dados solicitados pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. II - Envio dos seguintes documentos:

- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

- Empresa aérea nacional - especificação operativa;

- Empresa aérea internacional – Acordo bilateral

§1º - A inserção só será confirmada após a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais acusar, por e-mail, o preenchimento do formulário online e o recebimento dos documentos exigidos do beneficiário.
§2º - Todos os documentos deverão estar vigentes no ato do envio.

CAPÍTULO IV

HABILITAÇÃO NO PROJETO

Art. 11º - A lista oficial de empresas de transporte turístico habilitadas no Projeto Modal Minas Gerais do referido ano será divulgada no site institucional www.turismo.mg.gov.br no prazo de até 30 dias após o encerramento das inscrições, exceto para empresas aéreas no qual este prazo não se aplica, respeitando o disposto no art. 10º.

Art. 12º - A habilitação da empresa para participação no projeto será declarada por ato da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.
§1º - A empresa habilitada nos projetos Minas Recebe estará isenta de envio de documentação já entregue anteriormente, cabendo à empresa apresentar apenas os documentos específicos desta resolução e atender aos critérios de participação e demais exigências fixadas no capítulo II.

Art. 13º - Ao ser habilitada para participação no projeto à empresa estará autorizada a utilizar a identidade visual do projeto, durante a vigência de sua habilitação.

CAPÍTULO V

PERMANÊNCIA NO PROJETO

Art. 14º - A habilitação da empresa para participação no projeto será válida por um ano a contar do ato descrito no Art. 12.

Art. 15º - Para permanecer no Projeto Modal Minas Gerais durante o período de vigência da habilitação as empresas deverão:

EMPRESAS DE TRANSPORTE TURÍSTICO

I - Manter atualizada toda a documentação solicitada no art. 9º;

II - Manter a operação e a comercialização dos serviços turísticos do Estado de Minas Gerais;

III - Manter a plataforma de reserva, venda e o processo de pagamento dos serviços turísticos em Minas Gerais realizados inteiramente de forma online por meio de um website;

IV - Responder pesquisas e levantamentos solicitados pela equipe técnica durante o período de vigência da habilitação;

V - Informar para a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, por e-mail, qualquer alteração e anulação das informações prestadas no formulário online.

VI - Comparecer, obrigatoriamente, às reuniões técnicas realizadas pela Secretaria de Estado de Turismo, durante o período de vigência da habilitação, no caso de empresas de transporte turístico.

VII - Manter atualizado o registro no DEER/MG

EMPRESAS AÉREAS

I - Manter atualizada toda a documentação solicitada no art. 10º

II - Manter a operação e a comercialização dos serviços turísticos do Estado de Minas Gerais;

III - Manter a plataforma de reserva, venda e o processo de pagamento dos serviços turísticos em Minas Gerais realizados inteiramente de forma online por meio de um website;

IV - Responder pesquisas e levantamentos solicitados pela equipe técnica durante o período de vigência da habilitação;

V - Informar para a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, por e-mail, qualquer alteração e anulação das informações prestadas no formulário online.

Art. 17º - A inobservância das exigências e diretrizes fixadas por esta resolução ensejará a revogação da participação da empresa no projeto.

Art. 18º - A empresa que tiver sua participação revogada durante o período de vigência da habilitação, caso queira ingressar novamente, deverá se submeter aos prazos e procedimentos fixados pelos capítulos II e III desta resolução.

Art. 19º - A revogação será declarada por ato da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

CAPÍTULO VI

AÇÕES DO PROJETO

Art. 20º - As empresas habilitadas no projeto participarão das seguintes ações:

I - Reuniões técnicas e ações de relacionamento com empresas do projeto Modal Minas Gerais e demais prestadores de serviços da cadeia produtiva do turismo.

II - Participação em ações que visem estreitar o relacionamento e gerar negócios entre os participantes do Projeto Modal Minas Gerais;

III - Divulgação dos serviços dos participantes no portal Minas Gerais www.minasgerais.com.br;

IV - Outras ações realizadas pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais;

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º - O projeto foi avaliado pela SETUR e encontra-se dentro da legalidade para a mobilidade turística.

Art. 22º - Os casos omissos serão decididos pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais.

Art. 23º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

<p>Belo Horizonte, 08 de novembro de 2018.</p> <p>PAULO ALMADA JÚNIOR</p> <p>SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO</p>
08 1162944 - 1

Secretaria de Estado de Educação

Expediente

RESOLUÇÃO SEEN^o3.997, 09DE NOVEMBRODE 2018. Constitui Comissão Especial para proceder ao levantamento do inventário físico e financeiro de materiais em almoxarifado e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO ,no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto Estadual nº 47.521, de 31de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º -Fica constituída, junto à Superintendência de Compras, Contratos e Convênios/Diretoria de Gestão de Compras, Comissão Especial de Inventário, com a finalidade de proceder ao levantamento e registro anual de estoque existente no Almoxarifado da Unidade Central da Secretaria de Estado de Educação.

§1º - A Comissão, sob presidência do primeiro membro, será composta pelos servidores:

- Rafael da Silva Ferreira - MaSP 1.426.940-1;

- José Avelino Neto - MaSP 1.422.190-7;

-Cimara Guimarães Ramos do Prado - MaSP1.204.990-4; e

-Heloísa Helena da Silva Araújo - MaSP 1.421.384-7.

§2º - Os trabalhos da Comissão iniciarão a partir da publicação desta Resolução, devendo o relatório, com apuração prévia dos saldos com data-base de 30 de novembro de 2018, ser entregue à Superintendência de Planejamento e Finanças até 07 de dezembro, posteriormente, relatório conclusivo, contendo os saldos finais com a posição até 31 de dezembro de 2018, ser entregue à Superintendência de Planejamento e Finanças até o dia 07 de janeiro de 2019.

§3º - O Almoxarifado permanecerá fechado durante a realização dos trabalhos, não efetuando qualquer saída de material durante o referido período.

Art. 2º -Fica delegada aos Diretores das Superintendências Regionais de Ensino (SREs)competência para constituir Comissão de Inventário, composta, pelo menos, três membros, servidores da própria Unidade, para proceder ao inventário anual dos materiais existentes nos respectivos almoxarifados, devendo ser observada a segregação de função.

§1º - Ficam convalidadas as publicações das Portarias das SREs que ocorrerem antes da publicação desta Resolução.

§2º - A Diretoria de Gestão de Compras desta Secretaria expedirá instruções complementares sobre os procedimentos e prazos a serem cumpridos pelas Comissões constituídas pelas SREs.

Art. 3º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 09de novembrode 2018.

(a) Wieland Silberschneider
Secretáriode Estado Adjunto de Educação

09 1163797 - 1

RESOLUÇÃO SEEN^o3.998, 09 DE NOVEMBRODE 2018. Designa servidores para atuarem como pregoeiros nas licitações na modalidade Pregão.

O SECRETÁRIODE ESTADO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere oinciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 7ºda Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002, e art. 8º do Decreto nº 44.786, de 18 de abril de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados, para exercer a função de pregoeiro, os seguintes servidores:

- Adalton Martins Ramos, MaSP 1.060.258-9;

- Daisymar Gonçalves de Oliveira Santana, MaSP 1.061.466-7;

- Flaviana Aparecida Pereira de Avelar, MaSP 1.000.229-3;

- Ione Iracema Francisco da Silva, MaSP 1.364.231-9;

- Mailson Ramos da Silva Júnior, MaSP 366.977-7;

- Matheus Alexandre de Linhares, MaSP 1.147.925-0;

- Renata Andrade Mansur Quintão, MaSP 1.020.241-4; e

- Santuza Aparecida Barbosa, MaSP 381.562-8.

Parágrafo único. O edital indicará o pregoeiro para o certame e seu substituto, em caso de impedimentos.

Art. 2º - Os pregoeiros de que trata esta Resolução atuarão, prioritariamente,nos processos de licitação na modalidade PREGÃO, de competência da Unidade Central da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, podendo atuar nos pregões realizados pelas unidades regionais, mediante solicitação e justificativa fundamentada do responsável pela unidade.

Art. 3º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se, assim, a Resolução nº 3.650, de 31 de outubro 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 09 de novembro de 2018.

(a) Wieland Silberschneider
Secretáriode Estado Adjunto de Educação

09 1163828 - 1

Superintendência de Recursos Humanos

Diretora: Sílvia André

DISPENSAA VICE-DIRETOR - ATO Nº 1659/2018

O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, dispensa, a pedido, do exercício da função de Vice-diretor de Escola Estadual:

SRE Campo Belo

CAMPO BELO

202304 – EE Jarbas Gambogi
MASP 337569-8, Agnes Aparecida Araújo Coutinho, PEBIIP – admisso 1, a contar de 11/10/2018.

DESIGNAÇÃO VICE-DIRETOR – ATO Nº 1660/2018

O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, designa servidor/função pública do quadro de magistério (PEB ou EEB) para o exercício da função de vice-diretor de Escola Estadual:

SRE Campo Belo

CAMPO BELO

202304 – EE Jarbas Gambogi
MASP 1144490-8, Janine Aparecida Leite, a contar da publicação.
DISPENSAA VICE-DIRETOR - ATO Nº 1661/2018

O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2.795, de 28 de setembro de 2015, dispensa, a pedido, do exercício da função de Vice-diretor de Escola Estadual:

SRE Juiz de Fora

RIO PRETO

069604 – E.E. Dermeval Moura de Almeida
MASP 332.708-7, Norma de Almeida Melo Monteiro, PEBIIP – admisso 1, a contar de 25/09/2018.

DESIGNAÇÃO VICE-DIRETOR – ATO N.º 1662/2018

O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE n.º 2.795, de 28 de setembro de

2015 designa servidor/função pública do quadro de magistério (PEB ou EEB) para o exercício da função de Vice-diretor de Escola Estadual:

SRE Juiz de Fora

JUIZ DE FORA

069604 – E.E. Dermeval Moura de Almeida

MASP 1.340.269-8, Walter Duque Guedes, a contar da publicação.

DESIGNAÇÃO VICE-DIRETOR – ATO Nº 1663/2018

O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, designa servidor/função pública do quadro de magistério (PEB ou EEB) para o exercício da função de vice-diretor de Escola Estadual:

SRE Metropolitana B

BELO HORIZONTE

400 - EE São Bento

MASP 1009611-3, Michelle Garcez de Lima, a contar da publicação.

DESIGNAÇÃO VICE-DIRETOR – ATO Nº 1664/2018

O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, designa servidor/função pública do quadro de magistério (PEB ou EEB) para o exercício da função de vice-diretor de Escola Estadual:

SRE Janaúba

PORTERINHAA

82066 – EE Odilon Coelho

MASP 997279-5, Vanusa Gonçalves de Sousa Martins, a contar da publicação.

DESIGNAÇÃO DIRETOR - ATO Nº 1665/2018

O Secretário de Estado de Educação, em exercício,no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado, o artigo 28 do Decreto nº 33.336, de 23 de janeiro de 1992 e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, designa servidor/função pública do quadro de magistério (PEB ou EEB) para exercer as funções do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual:

SRE Conselheiro Lafaiete

SANTANA DOS MONTES

194395 – EE Doutor João Nogueira de Almeida

MASP 847625-1, Madalena Cleonice Fernandes Pereira, DV, em prorrogação da substituição até o retorno da titular Cassia Adriana Nogueira Gonçalves, MASP 342534-5, afastada em Licença para Tratamento de Saúde.

DISPENSAA VICE-DIRETOR - ATO Nº 1666/2018

O Secretário de Estado de Educação, em exercício, no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93 da Constituição do Estado e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, dispensa, a pedido, do exercício da função de Vice-diretor de Escola Estadual:

SRE Metropolitana B

BELO HORIZONTE

1104 - EE Professor Francisco Brant

MASP 1122178-5, Margareth Ferreira Avellar, PEBIIE - admisso 1, a contar da publicação.

DESIGNAÇÃO DIRETOR - ATO Nº 1667/2018

O Secretário de Estado de Educação, em exercício,no uso da competência que lhe atribui o inciso VI do artigo 93, da Constituição do Estado, o artigo 28 do Decreto nº 33.336, de 23 de janeiro de 1992 e considerando a Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015, designa servidor/função pública do quadro de magistério (PEB ou EEB) para exercer as funções do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual:

SRE Caxambu

ITANHANDU

172910 – EE Dona Semiana

MASP 982693-4, Raquel de Fátima Eugênio de Paiva, DV, a contar da publicação.

<p>Wieland Silberschneider</p> <p>Secretário de Estado Adjunto de Educação</p>
09 1163841 - 1

Superintendência de Pessoal

<p>Diretora: Margareth Caldas de Souza Anício</p>
ATO N.º 41 /2018
DESIGNAÇÃO

Designa, a pedido, nos termos do Decreto n.º 18.073, de 08/09/1976 e inciso XIV, alínea “c” do artigo 1º da Res./SEE n.º 170, de 28/01/2002, a seguinte servidora:

Para a SRE Diamantina:

Izaura Cristina Borges Monteiro, MASP 1.319.488-1, Analista Educacional, I, B, da SRE Montes Claros.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL
DIRETORA: MARGARETH CALDAS DE SOUZA ANÍCIO

09 1163484 - 1

ATO Nº 243/2018

RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DO ATO DE FÉRIAS-PRÊMIO – AFASTAMENTO, referente à servidora: MASP 1.148.376-5, MARCIA HELENA MES- QUITA FERREIRA, ANE II E, adm. 01, Ato nº 221/2018, publicado em 11/10/2018, a pedido da Diretoria.

Onde se lê: 3 meses de afastamento, referentes ao 1º e 2º quinquênios de exercício, a partir de 15/10/2018;

Leia-se: 1 mês de afastamento, referente ao 1º quinquênio de exercício, a partir de 15/10/2018.

<p>Maria da Conceição Campolina Quitéria Rodrigues do Couto</p> <p>Diretora de Administração de Pessoal do Órgão Central da Educação</p>
09 1163552 - 1

Superintendências Regionais de Ensino - SRE

SRE de Campo Belo

Diretora: Suely Alves Tereza Tavares

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA SRE – ATO Nº 04/ 2018, publicada no “Minas Gerais” de 09/11/2018

A Diretora da Superintendência Regional de Ensino Suely Alves Tereza Tavares, no uso de suas atribuições, tendo em vista as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 45.851, de 28 de dezembro de 2011, Decreto nº 44.559, de 29 de junho de 2007, Decreto nº 44.986, de 19 de dezembro de 2008 e Resolução SEPLAG/SEE nº 7.110, de 06 de julho de 2009, RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Recursos da Superintendência Regional de Ensino de Campo Belo para atuar nos processos de Avaliação Especial de Desempenho (AED), Avaliação de Desempenho do Gestor Público (ADGP) e de Avaliação de Desempenho Individual (ADI) dos servidores das carreiras dos Profissionais da Educação Básica em exercício nas unidades administrativas da jurisdição.

Art. 2º - Compete à Comissão de Recursos

I-Emitir relatório quanto à regularidade e legalidade dos processos de AED, ADGP e ADI;

II-Emitir parecer técnico para subsidiar decisão do superior hierárquico sobre o recurso contra o resultado da AED interposto pelo servidor em exercício na jurisdição;

III-Notificar o servidor do resultado do recurso interposto.

IV-Publicar no Diário Oficial dos Poderes os atos que se fizerem necessários para dar publicidade às informações.

Art. 3º - Integram a Comissão de Recursos:

Elvânia Alvarenga Santos Cardoso, MaSP 748680-6 - Presidente, Rosângela Alvarenga Neves, MaSP 322835-0 - Membro Titular, Marcelo Bruno Leal, MaSP 1144475-9 - Membro Titular, Adriane Cristina Reis, 390437-2 - Membro Titular, e Maria Lúcia Pereira, MaSP 350829-8 - Membro Suplente.

Art. 4º - O membro da Comissão fica impedido de analisar ou julgar recurso por ele interposto ou por seu servidor que:

I-ele tenha avaliado, ou

II-seja seu conjugue, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau, na forma de legislação vigente, ou

III-esteja em situações de impedimentos ou suspeição, nos termos dos artigos 61 a 63 da Lei nº 14.184, de 30 de janeiro de 2002.

MINAS GERAIS - CADERNO 1

Art. 5º - A Comissão se reunirá com